

AIGUNS ASPECTOS DO PERFIL DOS PROFISSIONAIS DA INFÂNCIA.

BULATY, Andréia.

Graduada em Pedagogia: Especialização em Educação Infantil. UNICENTRO. 2012.

E- mail: andreinhulabul@yaho.com.br

CIÊNCIAS HUMANAS

PIETROBON, Sandra Regina Gardacho.

Professor Orientador. Ms. Em Educação. Departamento de Pedagogia

UNICENTRO.

Resumo

Este artigo parte da premissa que a sociedade vive em constante transformação, e dessa maneira a escola como o profissional assume novas funções sociais, na qual a educação infantil deixa de ser obrigação estreita da família e passa a ser das creches, em conjunto com a mesma, tendo o professor assumido o papel de educador e não só de cuidador. Essa situação desencadeia a unidade de análise que objetivou investigar alguns aspectos do perfil do profissional da educação infantil da rede municipal de Rebouças-Paraná. Sua efetivação fez-se mediante um estudo qualitativo focado no estudo da realidade, colocando como ponto de partida de sua reflexão o professor. Iniciou-se a pesquisa elaborando um levantamento bibliográfico de estudos pertinentes sobre a educação infantil e formação de professores. Para obter dados sobre a realidade, se convidou a participar do estudo a Coordenadora Pedagógica da Educação Infantil do município de Rebouças, respondendo ao questionário sobre: formação dos profissionais da infância, quantas creches compõem a rede, a faixa etária dos docentes, entre outros. Traçamos as considerações nas quais a educação infantil, em pleno século XXI, não pode admitir que os professores estejam atrelados ainda a “dons maternos” e a “extensão familiar”, buscando um perfil profissional, que se embase não só no cuidado, afetividade, intuição, mas em uma formação específica voltada a conhecimentos e saberes próprios da área. Tal consideração se deu dialogando com autores como Oliveira (2002), Tanuri (2000), Nóvoa (1997), Tozetto (2011), Redin (2008) e a pesquisa da Unesco (2004).

Palavras-chave: Educação Infantil; Perfil docente; Rebouças/PR;

Abstract

This article is based on the premise that society is in constant transformation, and so the school, as the professional, takes on new social roles, in which early childhood education is no longer required only to the family, but also to the nurseries, together with this family, with the teacher taking the role of an educator and not only a caregiver. This situation triggers the analysis unit that aimed to investigate some aspects of the childhood professional's profile in the city of Rebouças – Paraná. Its execution is carried out by a qualitative study, focused on the reality study, having as a starting point of its reflection the teacher. The research started with some bibliographic survey about studies on childhood education and teacher training. To obtain data about the reality, the Childhood Education Pedagogical Coordinator of the city of Rebouças was invited to join the studies and answer a questionnaire about:

childhood professionals' training, how many nurseries the city has, the teachers' ages, etc. In these remarks we affirm that childhood education, in the XXI century, cannot admit that teachers are still attached to "maternal gifts" and "family extension", searching for a professional profile that is based not only on caregiving, affection, intuition, but also on a specific training oriented to the knowledge of their individual field. The remarks were based on the dialogues of some authors such as Oliveira (2002), Tanuri (2000), Nóvoa (1997), Tozetto (2011), Redin (2008), and the Unesco research (2004).

Key-words: Childhood Education; Teaching Profile; Rebouças/PR.

1 INTRODUÇÃO: CLAREANDO O TEMA...

A infância tem sido alvo de vários questionamentos nas últimas décadas. Todavia, é evidente que a mesma entrelaça olhares, estudos e contextos, que propicia um repertório de pesquisas em torno da mesma.

Parte-se da premissa que o conceito de infância surge na civilização muito lentamente, sendo o mesmo temporal, vindo a sofrer alterações constantemente neste processo histórico, não perdendo de vista, que a infância está em um processo de transformação, se alterando não só com o tempo, mas com a classe social, a cultura e o local no qual a criança está inserida. Dessa maneira, a infância não pode ser pensada como apenas uma peça do cenário educacional, político e econômico, mas, um elemento essencial da história da produção e reprodução da vida social.

Com as transformações nos conceitos de infância, saindo de meros espectadores para atores, de animaizinhos de estimação para crianças de direitos, se apresenta as instituições de educação infantil, inicialmente no exterior e depois trazida ao Brasil. Nesse momento tomamos como ponto de partida, que a educação da infância no Brasil acompanha os parâmetros mundiais, mas apresentando suas próprias características, acentuando traços de assistencialismo e improvisado, que tem no respaldo da Lei 9394/96 se concretizado como um direito de todas as crianças a educação infantil, amparada na tríade brincar-cuidar e educar.

Nesse efervescente debate que se levantam questões cruciais que ao longo da discussão, vão tomando forma e buscando de maneira objetiva conhecer o perfil do profissional da educação infantil da rede municipal de Rebouças-Paraná, assim como, mostrar as transformações e a importância da educação infantil e da formação de professores na sociedade contemporânea e compreender qual a função desse docente neste contexto.

Com esses objetivos, surgem alguns questionamentos que se tornam importantes para descortinar o real perfil dos profissionais da infância, voltando nosso olhar para: Qual é a formação dos professores que atuam na educação infantil no Município de Rebouças? Quantos professores a rede possui? Qual são a faixa etária e sexo desses educadores? Os professores são concursados ou não? A Rede Municipal de ensino oferece regularmente curso de Formação Continuada? Este município possui um Plano de Carreira para esses profissionais.

Esclarecer alguns aspectos do perfil dos docentes da educação infantil do Município de Rebouças-Pr se faz necessário mediante a sua importância no cenário educacional, possibilitando ter uma visão de sua formação inicial, assim como a formação continuada e seus aspectos sociais. Ainda o estudo do mesmo possibilita oferecer um conhecimento sobre a realidade do ensino no país, já que a educação infantil com a vigência da Lei de Diretrizes e Base 9394/96, passou a integrar a educação básica.

Para dar conta em discutir alguns desses aspectos, procuramos estruturar o presente artigo em momentos que visem oferecer uma melhor visão sobre o estudo em torno do perfil dos profissionais da educação infantil.

No segundo momento, intitulado de “A Educação Infantil no Brasil”, vem traçar um debate sobre a educação infantil ora ministrada no seio familiar, posteriormente encaminhada às creches que atuavam como depósitos de crianças, voltadas ao assistencialismo e o imprevisto até chegar a integrar-se como parte da educação básica, quando surgem novos valores e concepções diante a educação da infância.

No terceiro momento, “Formação de Professores para a Educação Infantil”, pretende resgatar a caminhada da formação dos professores, a inclusão da educação infantil nos currículos da formação acadêmica, em especial do curso de Pedagogia e a relevante importância que a formação de professores exerce na sociedade contemporânea.

No quarto momento será tratado de questões voltadas aos materiais e métodos da pesquisa, assim como do contexto da mesma e seus respectivos sujeitos. E no quinto momento “Perfil docente: o que os professores fazem”, chegasse a discutir alguns aspectos do perfil desses docentes da infância do município de Rebouças- PR, trazendo a luz, a formação inicial e continuada, os aspectos sociais e culturais do Município de Rebouças-Pr, entrelaçando com o nível nacional do país.

2 A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Nunca se deu tanta atenção à infância como na sociedade contemporânea, sendo a criança fruto das determinações sociais e econômicas. Dessa forma, entende-se o conceito de infância/criança como um ser historicamente construído, que pensa, age e cria e não é uma folha em branco na qual se pretende inscrever sobre a mesma.

Assim, no percorrer de longos séculos, o cuidado e a educação da criança pequena ficou a cargo de sua família, mais especificamente da mãe. Com as mudanças socioeconômicas ocorreu a nova organização da família, com alteração das relações entre os sujeitos, aliando-se a entrada da mulher no mercado de trabalho, levando a uma preocupação com a criança, buscando-se soluções para o cuidado fora do seio familiar.

É conhecido que a educação infantil surge de vários movimentos, ou seja, as primeiras creches são criadas no Brasil no fim do século XIX e início do XX, com várias finalidades que oscilaram entre a retirada das crianças abandonadas da rua, como uma forma de diminuir a mortalidade infantil, assim como pretexto ao combate a desnutrição e uma maneira de impor hábitos higiênicos, nascendo sob um forte caráter de assistencialismo, que focava fortemente no cuidado.

Para endossar esse pensamento, faz-se uso das palavras de Oliveira (2002, p.100-101), confirmando que

Entendidas como ‘mal necessário’ as creches eram planejadas como instituição de saúde, com rotinas de triagem, lactário, pessoal auxiliar de enfermagem, preocupação com a higiene do ambiente físico [...] O trabalho com as crianças nas creches tinham assim um caráter assistencial-protetoral. A preocupação era alimentar, cuidar da higiene e da segurança física, sendo pouco valorizado um trabalho orientado à educação e ao desenvolvimento intelectual e afetivo das crianças.

Divulgou-se durante muito tempo a ideia de creche enquanto equipamento de assistência a criança pobre, considerada carente. Esse discurso começa a mudar com a chegada do contexto da década de 1980.

Esse período foi marcado por questionamentos políticos, realizados pelos professores, que alicerçou movimentos em luta contra a desigualdade social, trazendo novamente o combate às funções da creche e elaborando novas programações pedagógicas, buscando romper com a concepção assistencialista e compensatória, promovendo uma função pedagógica que focasse no desenvolvimento linguístico e cognitivo da criança. (OLIVEIRA, 2002).

Os movimentos a favor da democratização da escola do setor público aliado ao movimento feminista conseguiram junto com a Constituição Federal Brasileira de 1988, o reconhecimento da educação da creche como um direito e um dever do Estado.

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

IV- educação infantil, em creche e pré-escola às crianças até 5 (cinco) anos de idade [...]

Art. 211. [...] §2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil [...]. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA, p. 103-105, 1988).

Com a efetivação da Constituição Federal Brasileira, percebe-se que a educação infantil passa a ser de direito a toda criança em território brasileiro, mas para se concretizar gera muito embate, necessitando ser assumida com um novo olhar de respeito e consideração.

Segundo Arroyo (2011) quando se tenta reconhecer a infância como tempo de direito, nos confrontamos com uma visão inferiorizada, limitada a espaços em que se vincula o cuidado, assistencialismo e proteção, vista como um local de extensão da família, ou seja, um espaço de maternagem. Assim se cultivava uma criança encarada como pré-humano, pré- cidadão inferior, não sendo preciso o reconhecimento enquanto sujeito de direito, e por consequência não merecedora de políticas públicas.

Essa ideia começa a se transformar apoiada na Constituição de 1988, na qual a infância passa ser entendida como sujeito de direito a espaços públicos, a uma educação e saúde. Mas realmente é na década de 90 que o Brasil apresenta novos rumos a educação no âmbito geral, e também a educação infantil. É nesse momento que a educação infantil assume um lugar de preocupação no sistema educacional e, passa a ser entendida como etapa da educação básica, de acordo com a LDB 9394/96, a qual deixa de pertencer a Assistência Social e passa a ser de responsabilidade da Secretária da Educação de cada município.

[...] a nova LDB preconiza um processo de descentralização das propostas político-pedagógicas e da administração dos recursos financeiros,

reforçando o papel das secretarias estaduais e municipais de educação. Ao mesmo tempo, referenda áreas tradicionalmente excluídas das políticas regulares, como a educação infantil, a educação de jovens e adultos, a educação indígena e a educação especial, além de promover a prescrição de novos parâmetros curriculares, onde a cidadania é colocada como referência fundamental, e a visão conteudista dá lugar à valorização da produção da aprendizagem e da construção de competências nos alunos. (UNESCO, 2004, p.38)

A LDB9394/96 veio complementar a Constituição Federal de 1988, reafirmando a educação infantil como um direito social da criança. Dessa maneira se torna claro que a educação da infância vive intensos momentos de mudança, desde a concepção de criança, até a prática educativa, agora fundamentada no tripé educar-cuidar-brincar, sendo os mesmos atos indissociáveis.

De acordo com o Parecer do Conselho Nacional de Educação (2009), o brincar disponibiliza a criança reconstruir um cenário de situações vivenciadas ou não. Já o cuidar e o educar favorecem a criança explorar os diferentes ambientes, criando sua própria autonomia, construindo sentidos pessoais e significativos, se apropriando de formas culturais de agir, pensar e sentir. Podemos assim defender que educar-cuidar-brincar comungam do mesmo ideal, que é proporcionar a educação infantil, um espaço acolhedor, de aprendizagem que favoreça o desenvolvimento integral da criança.

Esses avanços ligados ao reconhecimento da criança como sujeito de direito, tem gerado como defende Arroyo (2011) mudanças na qualidade das escolas e seus papéis sociais, que ainda precisam ser fortalecidos e respeitados como ambiente de desenvolvimento humano e não de extensão da maternagem.

Para contribuir com esse pensamento, o Plano Nacional de Educação (2001), defende uma educação infantil de qualidade, que leve em consideração o conhecimento prévio da criança, assumindo uma visão de que a mesma é ativa e um ser histórico. Além de, a educação infantil executar o papel socioeducativo relevante ao desenvolvimento da criança, também se tem um trabalho com as habilidades, a formação de hábitos alimentares, higiênicos, de socialização e integração social, tornando-se um caminho de base a personalidade humana, bem como, do desenvolvimento da inteligência, da responsabilidade e da cooperação.

Partindo dessas considerações sobre a educação infantil no século XX, tem se propagado inúmeros estudos que apresentam a criança como uma categoria social e historicamente construída, na qual se busca ter determinadas teorias e praticas a serem desenvolvidas com as mesmas, visibilizando um status de sujeito de direito que ganha espaço não só no cenário nacional, como também no internacional.

Este olhar de sujeito de direito vinculado a partir da LDB, se fortalece com o foco da educação para a infância, entendida como uma busca pelo desenvolvimento integral da criança, em todos os aspectos.

3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Falar sobre a formação de professores nos leva a discutir vários parâmetros que estão em evidência na sociedade, previstos na LDB 9394/96, como a formação inicial e continuada desses profissionais.

Ao iniciar a discussão sobre a formação de professores, é relevante fazer uma retomada da histórica da mesma, que tem movimentos de iniciativas e reestruturação de currículos de Escolas Normais e do Curso de Pedagogia, ambos de grande valor na área da educação.

Tanuri (2000) em seu artigo intitulado “História da Formação de Professores”, vem apresentar uma síntese da evolução do Ensino Normal, vindo a mostrar que a educação brasileira é marcada por várias reformas.

Em uma breve contextualização desse movimento da trajetória histórica, destacam-se alguns pontos de grande importância nessa historiografia, que explicita a formação de professores enquanto resposta institucional a partir do século XIX, com a Revolução Francesa, que concretizou a ideia de uma Escola Normal, que focava em formar professores leigos, vinculado a instrução pública.

Tanuri (2000) retrata que a Lei de 1827, cria as Escolas das Primeiras Letras, em todas as cidades do Império, com exames para selecionar os mestres e mestras, que tinha por objetivo preparar docentes na forma prática, sem saber teórico, pois era necessário apenas saber ler, escrever e contar, ou seja, um ensino que se prendia a atividades do cotidiano.

É reconhecido esse momento como ensaios sobre a formação dos professores, pois se começa a formar os mesmos, embora de maneira precária, mas com um paradigma vigente em comum. O estabelecimento e a expansão das Escolas Normais têm como marco a criação das mesmas nas províncias, segundo Tanuri (2000), implantando o modelo europeu que visava expandir e consolidar a supremacia da classe dominante. Com a chegada da República a tarefa era desenvolver qualitativa e quantitativamente as escolas normais. Essa expansão e consolidação marcaram a difusão e remodelação do ensino, tendo como aparato os fundamentos da Escola Nova.

Quando em 1939 se organiza o curso de Pedagogia criado na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, tem-se como propósito formar bacharéis, para atuar como técnicos da educação e os licenciados se voltavam à docência nos cursos normais. Nesse contexto se iniciava um esquema conhecido como “3+1”, ou seja, 3 anos voltados a conteúdos específicos do curso e 1 ano para o curso de didática. Assim, os cursos de Pedagogia se atem a formar docentes para a escola normal, enquanto as licenciaturas tinham como preocupação formar professores para ministrar várias disciplinas do currículo da escola secundária, (TANURI, 2000).

Esse esquema “3+1” ficou em vigor até a Lei de Diretrizes e Base 9394/96, que traça um novo perfil do curso de Pedagogia e a formação docente, na qual a educação infantil assume seu espaço junto à sociedade, que até então não era necessário ter formação específica e os leigos poderiam atuar nesse campo educacional sem nenhum problema, sendo a mesma encarada como extensão da família.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na Modalidade Normal. (LDB9394/96, p. 35)

Tal artigo deixa claro que com o magistério pode-se atuar na educação infantil, mas preferencialmente volta-se para o curso em nível superior, mais específico a Pedagogia, que apresenta fundamentação teórica e prática na área, além de estudos e pesquisas sobre este campo de atuação. É nesse universo da década de 1990 que surge paralelo a LDB, as discussões em torno da formação inicial desse profissional, assim como, a formação continuada, posteriormente trazendo à tona, o professor enquanto um intelectual transformador.

Entender o professor como um profissional é romper com a ideia de que o trabalho do mesmo é o prolongamento dos cuidados do lar, de sua mãe. Tozetto (2011) pontua o docente que até então era um sujeito de conhecimento, nesse momento tem se preocupado em transformar sua ação para atender o intelectual de seu aluno, se deparando com um ensino mais complexo, não só transmitir conhecimentos, mas problematizar a realidade com o objetivo de formar um aluno que questione seu contexto, fortalecendo um ensino mais significativo e uma educação no sentido mais amplo, desde o conhecimento acumulado pela humanidade até a construção da própria opinião.

Nesse sentido, a formação do professor não pode ser mais fragmentada e ligada à ruptura entre teoria e a prática. Tozetto (2011) defende que a escola tem em mãos o poder de formar pessoas passivas ou críticas, dessa maneira, à educação é o diferencial para a construção da cidadania. Assim, a formação inicial precisa ter organizado formas que possibilitem o futuro educador perceber a complexidade da prática pedagógica, fazendo gerar ações significativas, que proporcione uma formação sólida, se tornando um profissional que participa ativa e criticamente no processo social, que reflete o seu próprio contexto. Assim, é importante que se realize o movimento teórico que compreende um embasamento à ação docente, isto é, que não fique só no senso comum, num ativismo, não é o eu com o eu, mas fundamentado em autores que leve a uma compreensão, relação, discussão sobre a prática e teoria, que conduz a uma mudança.

Assim, a formação vai e vem, recua e avança se constrói em um processo de relação com o saber e o conhecimento, não sendo a mesma só construída por acumulação, mas sim por um trabalho em conjunto com a reflexividade crítica das práticas e conduzindo a uma reconstrução da identidade pessoal, (NÓVOA, 1997). Em geral, na formação do profissional da educação, seja da educação infantil, ensino fundamental ou em qualquer nível de escolaridade, é imprescindível oferecer espaço que se entrecruze a teoria com a prática, em um movimento que leve a mudanças de atitudes e concepções.

Contudo, a formação inicial, é tão importante tanto quanto a formação continuada. Segundo Nóvoa (1997) a formação continuada de professores, não pode ser vista só como uma reciclagem dos mesmos, mas uma qualificação para o desempenho de novas funções (administrar, gestão escolar, orientação, educação de jovens e adultos, entre outros), mediante o novo papel da escola e do docente. A mesma precisa estimular meios de pensamentos que gerem ideias autônomas que favoreçam a formação participativa, por meio da troca de experiências e saberes.

A formação do professor precisa ser encarada como um dos componentes da mudança, pois a mesma se realiza continuamente, num esforço de inovação e a procura de melhores percursos para a transformação da escola, sendo encarada como permanente, (NÓVOA, 1997). Desse modo a formação continuada necessita estar presente na vida do docente, como um processo de constante aprendizagem, estimulando o desenvolvimento do profissional.

Em suma, a formação continua implica em mudança tanto dos professores como da escola. Assim é possível evidenciar que o bom professor é aquele que além de conduzir a formação de um aluno mais crítico e reflexivo, esta em constante busca pela atualização, e se encontra envolvido com a sua auto-formação, (NÓVOA, 1997).

Do debate sobre a educação infantil, nasce à necessidade de se ter uma formação específica para esse docente. Kramer (2006) pontua que se deveria ter uma ação em conjunto das instancias municipais, estaduais e federais para vencer os paradoxos da

formação desse profissional. Procura-se romper com a fragmentação da teoria e da prática que se encontram separadas na formação, para oportunizar a construção de uma práxis educativa mais consciente e crítica.

Não podemos perder de vista que a legitimidade da educação infantil implicou em uma mudança de conceitos e práticas institucionais sobre a função social da criança, tanto por parte do sujeito que utiliza os serviços das creches, assim como do profissional que nela trabalha. Esse profissional busca romper com o assistencialismo e promover uma educação emancipatória, na qual se formem cidadãos, mas para que ocorra essa mudança é preciso introduzir na formação inicial aspectos de uma educação mais crítica e emancipatória.

Nesse cenário tem a conquista das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia/2006, que tratam de questões voltadas à educação infantil, os princípios, condições de ensino e avaliação, assim como, questões de formação do docente.

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino. (BRASIL, 2006, p.11).

Percebe-se dessa maneira uma articulação entre a teoria e a prática, consolidada por meio do estágio supervisionado nas creches, possibilitando o contato direto com a real condição das creches. Podemos afirmar que a formação é um direito de todos os professores, como pontua Melo (1999, p. 47)

A formação compõe com a carreira e a jornada de trabalho, que por sua vez devem estar vinculadas à remuneração, elementos indispensáveis à formulação e à implementação de uma política de valorização profissional que contribua tanto para o resgate das competências profissionais dos educadores, como para a (re) construção da escola pública de qualidade.

Esse pensamento nos conduz a uma reflexão sobre o papel do professor de educação infantil, ora tido como um assistente de atendimentos básicos à criança de creche (alimentação, higiene, saúde), ora um enfermeiro, um pediatra, psicólogo, especialista em desenvolvimento infantil, um cuidador e, finalmente, um educador. Podemos salientar que o docente de educação infantil, além de ser uma classe menos reconhecida pela sociedade, que acredita que qualquer leigo pode cuidar de crianças e vê a creche como um depósito, o profissional dessa etapa, acaba por atender a todos os aspectos da educação infantil integradamente, não sendo só o educador, mas um “faz tudo”, desprendendo do seu real sentido, que seria formar crianças cidadãos e críticas.

Este é um dos pontos que precisam urgentemente ser tratados na formação de professores, para que os mesmos não venham perder de vista seu foco, que é ensinar e levar a criança a seu desenvolvimento integral, e não se prender a inúmeras tarefas de que não competem a seu cargo diretamente.

O professor é um dos profissionais que mais necessidade tem de se manter atualizados, aliando à tarefa de ensinar a tarefa de estudar. Transformar essa necessidade em direito é fundamental para o alcance da sua valorização profissional e desempenho em patamares de competência exigidos pela sua própria função social. (MELO, 1999, p.47).

Afirma-se a relevância de se ter seja na formação inicial, como na continuada uma ligação entre ambas para favorecer a construção de saberes, pois é por meio dos estudos que crescemos pessoalmente e profissionalmente, e não vista com uma perda de tempo, sem objetivos claros, que se perdem em meio às preocupações de receber receitas prontas a serem seguidas.

4 MÉTODOS E MATERIAIS:

O presente estudo tem como abordagem teórica a Fenomenologia, em consequência que a mesma, nessa ocasião oportuna, vem oferecer uma preocupação centrada na descrição da realidade, colocando como ponto de partida de sua reflexão o próprio homem, a qual se faz importante para dar auxílio na compreensão coerente do objeto de pesquisa.

Assim dentro da fenomenologia, o eixo central é o estudo de determinado fenômeno, a partir da soma das percepções dos sujeitos envolvidos, captando a essência do que o sujeito pensa, elevando-se este a ator, vindo através das suas colocações, encaminham o pesquisador à interpretação daquilo que não é aparente, levando-o a um novo conhecimento, que é descoberto a partir das descrições das experiências, não separando o sujeito e o objeto.

Dentro dessa abordagem teórica, utilizaremos a modalidade de pesquisa estudo de caso, definido por Bertucci como (2008, p.52) “[...] estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”, assim propõem que o mesmo seja a análise detalhada e profunda de uma situação particular.

De acordo com Ludke (1986) o estudo de caso, tem por finalidade a descoberta, enfocando a interpretação do contexto, para retratar a realidade de forma completa e profunda se utilizando de uma variedade de informações, que procura representar as diferentes vozes e pontos conflitantes nas situações sociais, tendo como centralidade a compreensão de uma única realidade.

O universo da pesquisa é constituído por uma revisão interpretativa e o levantamento de informações de campo. No primeiro momento procura-se averiguar a literatura relativa à educação infantil e a formação de professores e, no segundo momento, faz-se a análise dos dados obtidos com o questionário preenchido pela Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil do Município de Rebouças-Pr, referente aos professores da infância da rede municipal.

Conhecer alguns aspectos do perfil dos professores que ensinam as crianças na educação infantil em Rebouças é o eixo que mobiliza esta pesquisa. Para dar início é preciso conhecer um pouco sobre o município em questão.

Em linhas gerais, o município de Rebouças se situa aproximadamente a 156 km em linha reta de Curitiba, capital do Estado do Paraná. É uma cidade do interior do Paraná, mais especificamente na região Sul do Estado, fazendo divisa com os municípios de: Rio Azul, Irati, São Mateus do Sul, Teixeira Soares e São João do Triunfo.

De acordo com Andrade (2004), a povoação iniciou-se na localidade de Butiazal e depois vindo a se transferir para onde hoje se encontra por volta de 1902, com o nome de Rio Azul na jurisdição de São João do Triunfo, integrado a comarca de Palmeira. Quando se tem por volta de 1902 a 1904, a chegada da Estrada de Ferro- São Paulo/Rio Grande, o engenheiro dos trabalhos de construção da ferrovia, é homenageado, recebendo seu nome Antonio Rebouças o distrito, que se eleva a município só por volta de 31 de março de 1930, ainda com a mesma denominação que se simplifica para Rebouças em 1943. Mas é na data de 21 de setembro que comemora-se a emancipação política do município.

Para se concretizar esta pesquisa que se iniciou em setembro de 2011, com leituras sobre o referencial teórico que embasou as discussões em torno da educação infantil e da formação docente, como também se construiu o projeto de pesquisa, vindo nos meses seguintes até abril do decorrente ano de 2012, a realização de coleta de dados, a análise desses dados. Após esta etapa, e de posse dos dados analisados, procedemos a elaboração do artigo científico com os respectivos estudos da problemática e sua entrega.

5 PERFIL DOCENTE: O QUE OS PROFESSORES FAZEM...

Não é por acaso que nos últimos tempos os professores de educação infantil vem buscando seu espaço junto às políticas públicas educacionais, assim como seu reconhecimento junto à sociedade, abrindo esse espaço na formação inicial e continuada, com estágios e estudos voltados a essa temática, que após a LDB 9394/996, vem sendo considerada como direito de toda criança a uma infância com qualidade e com profissionais qualificados para tal processo.

Quando se busca informações sobre quem são os professores que atuam na educação infantil, chegamos a questão do perfil, que é o foco a que esse estudo se objetiva, compreender alguns aspectos do perfil dos professores da educação infantil do município de Rebouças- Pr. Dessa maneira, compreende-se que o desenvolvimento da profissão docente, acontece paralelamente a escolar (NÓVOA, 1991), ou seja, ambos estão interligados, pois quando a função do professor de creche deixa de ser assistencialista e assume uma postura de educador, a escola nesse momento deixa de ser vista como depósito de crianças e passa a ser uma instituição voltada não só ao cuidado, mas ao educar e brincar, como viabilizadora do desenvolvimento integral da criança, a qual é tida como ser histórico.

Essa mudança é fortemente visualizada no século XX e início do XXI, quando as políticas educacionais começam a discutir questões que pretendem melhorar as condições de ensino e a qualidade em todas as etapas da educação brasileira, se buscando uma formação docente, não podendo se admitir mais que leigos continuem a frente do processo educacional.

Para se tornar um professor é preciso fazer parte de um processo plural, no qual se leva em consideração o tempo e espaço em que o mesmo está inserido. Dessa maneira o perfil comporta além da formação escolar e profissional, aspectos como idade e sexo de cunho pessoal, que dão possibilidade para perceber alguns aspectos de seu perfil. (UNESCO, 2004).

Neste contexto, trazemos a discussão a Educação Infantil, que tem por prioridade desenvolver integralmente a criança, fortalecendo as relações sociais e a troca entre adultos e crianças. Assim, cedemos espaço para falar sobre a educação da infância

mais especificamente em Rebouças-Pr, iniciando pela busca de conhecer quantas instituições o município apresenta.

O município de Rebouças tem quatro centros de educação infantil, são eles: Centro Municipal de Educação Infantil Mamucha, que atende crianças de 0 a 3 anos e tem aproximadamente 27 alunos; Centro Municipal de Educação Infantil, Iracema Azevedo Bittencourt, atende 47 crianças de 3 a 4 anos; Centro Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora Aparecida, atendendo 46 crianças na faixa etária de 0 a 4 anos, todos estes localizados na área urbana e o Centro Municipal de Educação Infantil Santa Rosa, na localidade de Marmeleiro, no interior do município, com aproximadamente 40 crianças de 0 a 5 anos. (COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, 2012).

Percebe-se que os professores da educação infantil, são importantes para o desenvolvimento de seus alunos e da sociedade. Para afirmar esse pensamento, por sua vez, Gatti e Barreto (2009), fazendo uso das palavras de Tardif e Lessard, defendem que os professores desempenham um dos mais relevantes grupos e importantes peças na sociedade moderna.

Ainda se tem no quadro de atendimento a infância cinco escolas municipais: a Escola Municipal Divino Espírito Santo que atende a 21 crianças entre 4 e 5 anos e a Escola Municipal Imaculada Conceição de Maria, com 16 alunos entre 4 e 5 anos, localizados no interior do município, e a Escola Municipal Erasmo Pilotto, com 49 crianças de 4 a 5 anos; a Escola Municipal Joanita Ayub Perreira, atendendo crianças na faixa de 4 a 5 anos com 11 alunos e a Escola Municipal São José, com 25 alunos de 4 a 5 anos de idade, escolas estas situadas na área urbana do presente município. (COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, 2012).

Em um panorama geral, o município de Rebouças, atende a educação infantil de crianças entre 0 e 5 anos, estas se encontram distribuídas entre escolas e Cmeis (Centros Municipais de Educação Infantil). Os Cmeis atendem crianças com até 5 anos, na área urbana como também na área rural, tendo um total de 160 crianças das quais 40 estão no interior do município, e 122 crianças em escolas municipais, que recebem educação dos 4 a 5 anos, tendo um pequeno número desse total em escolas no interior com aproximadamente 37 alunos. O total de crianças em escolas da infância em Rebouças é 282 alunos.

O que se observa é que embora se tenha oferecido condições favoráveis para que as crianças na área rural frequentem a educação infantil muitos ainda não estão inseridas nesse processo, mesmo porque a maioria da população do município se encontra nessa área. Dessa maneira, quando se nega a criança a possibilidade de frequentar a escola da infância, estamos retirando dela a sua inserção na sociedade que a escola propicia e sua socialização com os demais colegas, seja da mesma faixa etária, como a de outras idades.

Um ponto central é a evidente falta de eficiência e efetividade do sistema educacional, no sentido de garantir o acesso e a permanência do estudante na escola, na medida em que os resultados mostram, entre outras coisas: a existência de 24 milhões de brasileiros analfabetos (16%); que menos de 1/4 da população brasileira estuda; que 44% da população só concluiu até a 3 série do ensino fundamental; que quase 1/3 da população da área rural não teve acesso à educação; que 1/4 da população rural não tem escolaridade ou quando a tem não ultrapassa há 1 ano de estudo; que grande parte da população só conseguiu concluir, apenas, alguma das séries do ensino fundamental; que o número de não-alfabetizados tende a se ampliar na medida em que a faixa etária aumenta; a pequena participação da rede pública na oferta de vagas nos cursos de graduação; que somente pouco mais de 3% da população possui cursos de nível superior concluído; a existência de um significativo contingente de crianças,

jovens e adultos com defasagem idade-série; que 6% das crianças de 7 a 14 anos não estão ou nunca estiveram estudando; a existência de mais de 3 milhões de pessoas sem alfabetização, na faixa etária de escolaridade obrigatória. Agregue-se a esse quadro perverso: as significativas diferenças educacionais encontradas entre as raças; a importante diferença de desempenho entre as áreas rurais e urbanas; a alta dispersão dos estudantes que gera grande discrepância interna nos resultados de muitos grupos etários, indicando a reprodução das diferenças sociais na escolarização brasileira e, finalmente, o baixo rendimento nominal mensal per capita da grande maioria dos estudantes brasileiros. (CENSO DEMOGRAFICO BRASILEIRO 2.000, DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA- IBGE, *apud*, UNESCO, 2004, P. 36-37)

Nesse sentido, Horn (2004), pontua que embora se tenha uma expansão da educação infantil no país, ainda se tem um pequeno percentual de crianças atendidas em creches e de vagas oferecidas, sendo negado a outras o status de criança de direitos e de um tratamento de cidadã. Segundo a Unesco (2004), quando se tem na década de 1980 e 1990, uma expansão a uma educação para todos, gerada pelas condições de globalização, se amplia e fortalece os direitos de cidadania, envolvendo diretamente a escola e o professor com ações desenvolvidas pelas políticas públicas educacionais. Dessa maneira, a formação de professores foi tomada como pauta importante na discussão sobre a qualidade do ensino ministrado nas várias instâncias, como um requisito para a tentativa de construção de uma democracia e cidadania.

Um aspecto de grande relevância para este trabalho é a formação desse professor, seja, em magistério ou em nível superior e até mesmo um curso de especialização. Como dado concreto se teve a constatação de que se tem com magistério duas educadoras e 6 estagiários, já com graduação em Pedagogia apresenta-se 5 educadoras e 3 estagiários, mais 2 educadoras e 5 professoras com uma pós-graduação lacto-sensu, totalizando destes 14 profissionais concursados e 9 estagiários neste município. (COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL, 2012).

Traçando uma ponte entre a realidade do município de Rebouças e a realidade do país, discutida a segunda nas pesquisas de Gatti e Barreto (2009, p. 33-34), observando que ainda existem professores leigos no cenário educacional.

Entre os ocupantes das funções docentes na educação infantil, 97,2% possuíam formação em nível médio ou superior e, no ensino fundamental de 1ª a 4ª séries, essa proporção chegava a 99%. Entretanto, na educação infantil, mais da metade dos que exerciam as funções docentes (54,3%) possuíam tão somente formação de nível médio e, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, 41,3% dos ocupantes dessas funções tinham essa formação. Ademais, 2,8% dos que exerciam as funções docentes na educação infantil eram leigos, com curso fundamental completo ou incompleto, e 0,8% dos que as exerciam nas quatro séries iniciais do ensino fundamental igualmente não possuíam mais do que esse preparo. A região em que esses professores leigos eram encontrados em maiores proporções é o Nordeste, seguida da região Norte e, em se tratando do ensino fundamental, eles davam aulas, sobretudo nas escolas rurais. A oferta de educação infantil nas zonas rurais era, por sua vez, absolutamente irrisória.

Nesse sentido é preciso pensar que tipo de aluno se esta formando? Um aluno passivo? Ativo, crítico? Em que? Porque ninguém é critico sem conhecer o que se

pretende analisar, é impossível fazer um debate sobre algo que não se conhece. Dessa maneira, pensar na formação docente nos remete a entender a mesma como ponto de partida para uma prática consciente, que viabilize as condições para a formação de um aluno mais ativo no processo de aprendizagem. Assim, a formação inicial do professor precisa ser encarada como uma relação direta entre a teoria e a prática, em um movimento dialético, que possibilite se construir enquanto professor.

Tanto a formação inicial, quanto a formação em serviço são importantes, devendo ambas possibilitar uma sólida formação teórica e prática na especialidade do professor (leitura, matemática, história), e os conhecimentos e competências pedagógicos necessárias para transmitir seu saber de uma forma bem didática, motivar os alunos, avaliar o progresso da aprendizagem e adaptar o ensino as necessidades de cada aluno. [...] (MAUÉS, 2009, p.22).

Com essa formação estará se abrindo a oportunidade de se ter um profissional que tenha consciência de seu papel e do ensino, que vai além de transmitir os conteúdos acumulados pela humanidade, mas que busca preparar os sujeitos para viver em sociedade, e se tornem mais autônomos intelectualmente.

É importante pontuar nesse momento uma pesquisa realizada pela Unesco (2004), 67,6% dos professores afirmam ter concluído o ensino superior, já destes 61,9% tem a formação pedagógica direcionada ao cargo que desempenha. Apresenta-se também que 32,3% dos professores apenas têm o ensino médio, sendo desta parcela 83% com uma formação na modalidade normal. Outro dado relevante nos direciona que 53% dos professores conseguiram emprego antes de concluir o curso de habilitação, oriundos do estágio como prática docente, e 20,5% ingressam no mercado posterior a habilitação. Quanto à situação funcional dos professores de escolas públicas, se aponta que 61,1% se encontram concursados, 9,2% são efetivos, mas sem concurso e 19,1% se encontram na categoria de contato de trabalho temporário.

Não se pode deixar de fora, que com as mudanças na função do professor, da escola, também se altera a concepção de função pública a partir de 1990, se criando no quadro público uma redução no número de funcionários, passando esses docentes serem contratados, ganhando força nesse momento a ideia de individualização das carreiras, uma mobilidade ligada ao exercício da atividade, colocando em xeque os cargos públicos de concursos, gerando dessa forma um recrutamento do ensino. (SOUZA, 2009).

Um estudo relevante sobre a questão do cenário educacional é o de Gatti e Barreto (2009), sobre os professores do Brasil, seus desafios e impasses.

[...] na educação infantil, encontrou-se a menor proporção de professores estatutários, ou seja, regidos pelo estatuto do funcionário público: 59,4%, ao passo que esse é o vínculo que predomina entre os professores do ensino fundamental e médio (67% e 80%, respectivamente). A educação infantil e o ensino fundamental são majoritariamente atendidos pelo poder público municipal, esfera administrativa em que 86% dos professores da educação infantil e 61% dos do ensino fundamental trabalham. [...] (GATTI; BARRETO, 2009, p. 29).

Essas pesquisas¹ aliada a discussão sobre o quadro dos docentes da educação básica, em especial a educação da infância em Rebouças-Pr, resgata a jornada de trabalho docente, bem como sua situação social- concursado ou contratado, nos revelando que

se tem um maior número de concursados em meio a sociedade individualista do século XX e início do XXI.

Redin (2008) vem trazer a debate, o perfil do docente de educação infantil, que por muitos anos esteve interligado a extensão da função materna, e que com o passar dos séculos assume um novo perfil, hoje tratado como um profissional multidimensional, que atente a conhecimentos científicos, a psicologia, saúde, história, linguagem, brincadeira, higiene, o desenvolvimento humano e as várias linguagens.

De acordo com a Coordenadora Pedagógica de Educação Infantil Municipal (2012), no quadro da Secretária do Município ha cerca de 23 profissionais ligadas a educação das crianças, dessas se tem 09 educadoras infantil que atuam 40 horas semanais nos Cmeis, e estão presentes 6 na área urbana e 3 na rural. Tem 5 professoras, com uma carga horária de 20 horas semanais, destas 2 leciona em escolas rurais e 3 em escolas urbanas. Também o município conta com 9 estagiários distribuídos pelas escolas do centro contando com 8 e o interior com 1.

Pode-se evidenciar que 17 desses docentes trabalham na área urbana e 6 na área rural do município. Em um plano mais abrangente, uma pesquisa realizada pela Unesco (2004), nesse horizonte tem como referência que grande parte dos professores trabalha em escolas nos municípios do interior (61,6%), ou seja, fora da capital, já (25,6%) atuam nas capitais e (12,8%) nas periferias urbanas. Contudo, a vida da escola é influenciada diretamente pela situação do município e da região.

Ao pensar na universalização do direito à educação básica, educação infantil,

¹ UNESCO. O Perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam... 2004, e a pesquisa de GATTI; BARRETO. Professores do Brasil: impasses e desafios, 2009.

ensino fundamental e ensino médio, há que se pensar no professor, na valorização do profissional que tem a responsabilidade de trabalhar com estes corações e mentes, constituindo conhecimentos e valores indispensáveis à vida da criança, do adolescente e jovem no presente, no curto e no médio prazo. Assim como houve uma pauperização da população em geral no Brasil, também houve uma pauperização dos professores. Os professores deixaram de ganhar um salário digno, deixaram de ter uma carreira atraente, passaram a ter muita dificuldade de se manter como cidadãos. O professor é um profissional que tem que ler viajar, escrever, ter acesso aos bens de cultura e isso durante muitas décadas foi sendo destruído e alijado de seu alcance. Eu não acredito que foi só para o professor, foi para toda a população de profissionais do país, mas em particular isso deixa uma marca extremamente pernicioso no professor. Porque um profissional que não tem uma preparação prévia e uma atualização em serviço e condições de se tornar um cidadão e um profissional cada vez mais sábio, mais experiente, mais cidadão do mundo, com olhar para o seu país, para sua localidade, para sua cidade, para o seu bairro, mas uma pessoa que se vê como integrante deste planeta com toda cultura que a inteligência humana tem criado, se ele não tem a possibilidade do acesso, como é que ele abre estes caminhos na escola. (UNESCO, 2004, p. 62).

Esses são alguns apontamentos que não podemos perder de vista, pois precisam ser revistos. Outro traço marcante a ser discutido nos remete a formação continuada como um momento propício de estudos, e não como um programa de negação de pressupostos teóricos em favor da construção de técnicas a serem postas em práticas na sala de aula, dando a impressão de uma praticidade, e não uma elevação intelectual

transformador da realidade. Nessa linha a Coordenação Pedagógica de Educação Infantil (2012), nos informa que

O calendário escolar prevê e assegura o planejamento das aulas pelas professoras, bem como lhes garante a formação pedagógica oferecida pela Secretaria Municipal de Educação. Segundo o calendário esse trabalho acontece em dois momentos específicos: início do ano letivo e retorno das férias de julho, porém, a Secretaria de Educação oferece ao longo do período letivo diversos outros momentos de qualificação profissional e proporciona o acesso permanente a estudos de formação continuada. Em razão disso, as instituições de Educação Infantil passaram a ser vistas com outros olhos e aos poucos vem conquistando o respeito e a confiança de toda comunidade.

Diante dessa realidade confirmamos a relevância que a formação em serviço ou continuada propicia aos professores, lhes oferecendo um momento de estudos e troca de experiências, a partir das quais geram novas concepções e ideias que favorecem a construção de práticas pedagógicas, amparada na discussão das teorias.

Confirmando esse pensamento, Souza (2009), pontua que no Brasil a formação continuada é vista como um direito e não como uma visão contratual obrigatória, se realizando de várias formas, em horários fora do expediente de trabalho. Ainda temos os Referenciais para a Formação de Professores de 1999, que vem afirmar os pressupostos da formação.

- a natureza pública da atividade profissional do educador infantil e sua dimensão coletiva e pessoal que implica em autonomia e responsabilidade;
- o direito do educador infantil ao desenvolvimento profissional permanente;
- a participação no projeto educativo e curricular da escola, a produção de conhecimento pedagógico e a participação na comunidade educacional como uma das dimensões da ação educativa e como parte da formação do educador;
- atuação profissional do educador não meramente técnica, mas intelectual e política, visando o desenvolvimento das crianças como pessoas em suas múltiplas capacidades;
- o compromisso com o sucesso nas aprendizagens de todas as crianças considerando as diferenças culturais, sociais e pessoais;
- desenvolvimento profissional com metodologias baseadas na articulação entre teoria e prática, na resolução de situações-problema e na reflexão sobre a própria atuação;
- parceria e cooperação entre diferentes instituições;
- estreitamento das relações entre as instituições de formação profissional e as redes de escola;
- vinculação dos projetos de desenvolvimento profissional às condições de trabalho, avaliação, carreira e salário. (BRASIL, 1999, p.18-19).

Percebe-se sua contribuição direta no campo da educação infantil, cedendo condições necessárias para sua formação individual e coletiva. Dessa maneira, o perfil do professor de educação infantil não está vinculado só ao cuidado, a extensão de atendimentos maternos, mas sobretudo a um saber específico da profissão, iniciado na formação inicial e continua por meio da formação continuada e em serviço, entendida como uma melhoria da qualidade do ensino, que possibilita a mudança da visão do professor e da sua prática.

Um ponto relevante a essa discussão sobre o perfil do professor de educação infantil é a faixa etária dos mesmos. De acordo com a Coordenação Pedagógica de Educação Infantil, o quadro docente da Educação Infantil da Secretaria Municipal é composto por professores entre seus 17 a 50 anos. Destes tem: 9 entre a faixa etária de 17-20 anos, 7 entre 21-30, 4 professores entre 31-40 anos, e 3 entre 41-50 anos. Deixando claro que estes 23 profissionais são do sexo feminino, não tendo presente o sexo contrário.

Num plano abrangente, fica evidente, por mais que na sociedade atual ainda os homens estejam à frente de vários segmentos e estejam em maior número em empregos, no campo da educação esse número cai, cedendo espaço para as mulheres, como constatado com os dados desse estudo. Nesse momento se faz relevante pontuar a pesquisa realizada pela Unesco (2004, p.44), que veem a confirmar essa questão.

Segundo os dados da pesquisa, dentre os professores brasileiros, 81,3% são mulheres e 18,6% são homens. Percebe-se que, em relação às pessoas economicamente ativas (83.243.239), 58,13% são homens e 41,86% mulheres. Conclui-se que, no magistério, essa proporção assume características bem distintas.

Outro estudo que esta em evidencia nesse campo, é o de Gatti e Barreto (2009) que traz a luz, discussões em torno dos professores do Brasil, pontuando com base nas pesquisas do Ministério do Trabalho e Emprego- MTE- Rais, que a educação infantil emprega cerca de 7,6% professores, ou seja, aproximadamente 212.501 profissionais. No caso da categoria dos professores é principalmente feminina com 83,1% versus 16,9% do sexo masculino, e em específico na educação infantil 98% são mulheres. Professores esses que estão entre a faixa etária até 29 anos, num total de 41%.

Este dado tem início quando a educação infantil é considerada como prolongamento dos cuidados do lar, tida como maternagem, pois a mulher sai dos cuidados da casa e assume um espaço no seio da sociedade, em trabalhos externo a casa, deixando a cuidado de outras os seus filhos.

[...] constatei, mediante estudos, que a constituição histórica da imagem do profissional de educação infantil tem estado fortemente impregnada do mito da maternidade, da mulher como rainha do lar, educadora nata, cujo papel educativo associa-se necessariamente ao ambiente doméstico, sendo, assim, particularmente importante nos primeiros anos da infância. O início da educação de todo indivíduo deveria, assim, ser uma extensão natural da maternidade. Cumpre, entretanto, destacar que esse mito da mulher mãe e educadora nata exerce seu maior poder orientador no período relativo aos anos iniciais da vida dos indivíduos, não sendo atribuída à mulher a responsabilidade sobre a educação geral. [...] (ARCE, 2001, p.170).

Além de fornecer dados gerais que facilitam a compreensão do papel da mulher na educação da infância, é possível perceber que embora se tenha passado várias décadas desde o surgimento das creches, o profissional desse nível educacional ainda se encontra ancorado nessa visão.

O que encontramos comumente em creches é a denominação de “tia”, dada as professoras, reforçando a proximidade com a família, fazendo surgir uma função de educadora naturalizada e desqualificada de prática e saber especializados, vinculando a

educação própria da mãe. Essa caracterização feminina na educação infantil propicia a afetividade e a emoção. (UNESCO, 2004).

Arelado a feminização da profissão docente na infância, também temos dados coletados sobre a idade desses professores, como se percebe um profissional entre várias faixas etárias, com concepções, visões de mundo e formações diferentes atuando em escolas em vários contextos. A Unesco (2004) apresenta um panorama geral sobre a idade dos professores que em âmbito internacional se revelam em 37,8 anos, colocando assim, os docentes brasileiros em um patamar mais jovem, entre 26 a 35 anos, cerca de 33,6% e de 36 a 45 anos por volta de 35,6% e os professores com até 25 anos chegam a somar 8,8% e com mais de 45 anos um total de 21,9%.

Na educação infantil a grande maioria dos professores é jovem e ainda frequentam a escola.

Que cursos frequentam esses profissionais? A maior parte (81,5%) frequenta cursos superiores, sobretudo os docentes da educação infantil e do ensino fundamental. Mas merecem ser destacados os 9,3% que fazem mestrado e/ou doutorado, em que sobressaem os do ensino médio (37,8% dos docentes desse nível de ensino que se declararam estudantes) e, na outra ponta, outros 9,2% que fazem cursos de nível médio ou mais baixo. Neste contingente pesam os professores do ensino fundamental, 11,5% dos quais frequentavam nível médio ou mais baixo. (GATTI; BARRETO, 2009, p. 27).

Não importa o nível de escolaridade que se esta cursando, mas o importante é estar envolvido no ambiente de estudo, atrelando conhecimentos e saberes oriundo da experiência em conjunto com os específicos da profissão, de cada nível de ensino, realizando uma atualização.

Na grande maioria o ensino fundamental, assim como, a educação infantil são atendidos pelo poder público da rede municipal de cada município, partindo das leis em instância federal, estadual e municipal, levando em consideração o contexto de cada realidade. Gatti e Barreto (2009) pontuam que até o momento o país tinha aproximadamente 5.561 municípios, 26 estados e um Distrito Federal, com regularizações próprias de cada um, pois a situação é heterogênea e complexa.

Nesse sentido, o Município de Rebouças de acordo com a Coordenação Pedagógica da Educação Infantil (2012) criou o Plano de Carreira dos professores.

Possui um Plano de Carreira do Magistério para esses profissionais, contemplando em linhas gerais todas as questões: estrutura da carreira do magistério, incluindo critérios de classes e níveis, estágio probatório, promoção, qualificação profissional, jornada de trabalho, remuneração, vantagens, gratificações, adicional por titulação, férias, cedência ou cessão. Também dispõe da implantação do Plano de Carreira explicitando número de cargos e o enquadramento dos profissionais.

A consolidação desses Planos de Carreira do Magistério se deu a partir da Constituição Federal de 1988 e na LDB 9394/96, pontuando que os sistemas de ensino pretendem promover a valorização desses professores, ingressos por concurso público.

Gatti e Barreto (2009) retratam a importância de se ter concursos públicos para se ingressar na carreira, visto o mesmo como detectador da qualificação do professor a docência, sendo no setor público tido como obrigatório para se entrar na carreira.

Em suma, compreender quem é o professor e em que condições ele se faz professor é de extrema relevância para se estabelecer novas exigências e assumir novas responsabilidades, rompendo com estigmas e estereótipos, promovendo uma aproximação do magistério do tempo e espaço da atualidade. (GATTI, BARRETO, 2009).

4 A GUIA DE ALGUMAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em pleno século XXI, não podemos admitir que os professores de educação infantil estejam atrelados ainda a “dons maternos” e a extensão familiar “tia”, buscando um perfil profissional, que se embase não só no cuidado, na afetividade, na intuição, mas em uma formação específica voltada a conhecimentos e saberes próprios da área.

O que não podemos deixar passar despercebido ou camuflado por uma falsa ilusão de que a formação do professor de educação infantil esta ancorado em uma literatura que atende as especificidades da criança nas creches, que muitas vezes se encontram com uma formação aligeirada e fragmentada, tendo consciência que a formação desse profissional ainda tem um longo caminho a percorrer.

No que tange a educação infantil, ainda se tem vários problemas com esta área educacional, que mesmo com a aprovação da LDB 9394/96 vem atravessando os tempos e espaços, com distorção entre o cuidar e educar; que a formação científica - pedagógica geral não garante a qualidade e nem as especificidades próprias das crianças. É imprescindível que tenhamos uma concepção mais crítica quanto à naturalização tanto do papel da mãe como da professora de educação infantil, que favorece o aparecimento de uma desvalorização e descaracterização desses profissionais perante os outros colegas e da sociedade.

É considerável que a trama que nos deu sustentação à análise dos dados trazidos neste estudo é complexa e leva em conta, por um lado, aspectos ligados a formação dos professores, de outro, aspectos relativos à sua idade sexo.

De acordo com os dados coletados no Município de Rebouças-Pr, o perfil dos professores na educação infantil é exercido na sua grande maioria por mulheres, considerada jovens entre seus 17 a 30 anos, com um percentual grande destes formados em nível superior e com pós-graduação lacto-sensu. Outro dado marcante nos leva a pensar se os 23 professores conseguem atender a contento as crianças das creches e pré-escolas e ofertar uma educação com qualidade, que respeite as características de cada faixa etária da criança.

Com o exposto nesse trabalho, verifica-se que por mais que seja um município localizado no interior do Paraná, Rebouças tem uma regulamentação (Plano de Carreira Docente), que dá apoio aos professores de educação infantil, procurando consolidar e buscando seu espaço e o respeito perante a sociedade e demais professores de níveis diferentes, não se aceitando mais a ideia de que para trabalhar na educação infantil qualquer pessoa pode exercer esse papel ou função, não permitindo mais que leigos fiquem a frente dessa educação, pois a mesma permeia o desenvolvimento integral da criança.

A análise dos dados se deu mediante a ampliação do nosso olhar sobre a educação infantil, tendo como foco o contexto local, mas não desprezado do sistema educacional nacional. Dados estes que expressam a situação desses profissionais, e contribuem para que sejam vistos como sujeitos importantes à educação brasileira, já que a educação infantil é base da educação.

Nesse sentido discutir o perfil dos professores da infância significa deixar de lado a maternagem, e assumir uma postura de auto-afirmação enquanto profissional da educação infantil, podendo o educador observar que o seu perfil se constrói no cotidiano, no ambiente escolar, na prática pedagógica, no convívio social, nas suas concepções de mundo, de educação, de prática, enfim, é em um movimento dialético de cunho individual e social.

REFERENCIAS:

ANDRADE, Luiza M. **Resgatando nossa história “Saudades”**. Rebouças, 2004.

ARCE, Alessandra. Documentação Oficial e o Mito da Educadora Nata na Educação Infantil. In: **Cadernos de Pesquisa**: fundação Carlos Chagas. São Paulo, nº113, julho, 2001.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, Território em disputa**. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRASIL: **Constituição da Republica Federal do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1998.

BRASIL: Decreto- lei nº10172 de 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC/SEB, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União. Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p.11.

BERTUCCI, Janete. **Metodologia Básica para elaboração de trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC)**: ênfase na elaboração do TCC de Pós- Graduação Lato Sensu. São Paulo: Atlas, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/CAMARA DE EDUCAÇÃO BASICA. **Parecer CNE/CEB Nº 20/2009**. 2009.

GATTI, Bernadete A; BARRETO, Elba S. **Professores do Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

HORN, Maria da G. S. **Sabores, Cores, Sons, Aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artemed, 2004.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e/e fundamental. In: **Educação & Sociedade**. v.27, n.96, especial, Out/2006.

MAUÉS, Olgaíses. A Agenda da OCDE para a Educação: a formação do professor. In: GARCIA, Dirce M. F; SÁLUA, Cecílio. **Formação e Profissão Docente em Tempos Digitais**. Campinas: Alínea, 2009.

MELO, Maria T. L. Programas Oficiais para Formação dos Professores da Educação Básica. In: **Educação & Sociedade**, ano XX, Nº68, Dez/1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/SEF. Referenciais para Formação de Professores. Brasília, 1999.

NOVOA, Antonio. Formação de Professores e profissão Docente. In: NÓVOA, Antonio (org). **Os Professores e sua Formação**. Portugal: Lisboa: Publicações Dom Quixote. 3ªed., 1997.

_____. Para o estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. **Teoria e Educação**. Porto Alegre, n. 4, p. 109-139, 1991.

OLIVEIRA, Zilma R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

PESQUISA NACIONAL UNESCO. **O perfil dos Professores Brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam...** São Paulo: Moderna, 2004.

REDIN, Euclides. **Qual o Perfil do Profissional de Educação Infantil?** Disponível em: www.ibmcomunidade.com.br/KIDSMART/detLeitura.asp?...14...

SOUZA, Aparecida N. As Formas Atuais de Modernização do Trabalho de Professores: individualização e precarização? In: GARCIA, Dirce M. F; SÁLUA, Cecílio. **Formação e Profissão Docente em Tempos Digitais**. Campinas: Alínea, 2009.

TANURI, Leonor M. História da formação de professores. In: **Revista Brasileira de Educação**, n.14, 2000.

TOZETTO, Susana Soares. Os profissionais da educação infantil: formação e saberes. In: PIETROBON, Sandra R. G.; UJIIE, Najela T. (orgs). **Educação Infantil: saberes e fazeres**. Curitiba: Paraná: CRV, 2011.